



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo



ANO II - Nº 0080
SEMANTAL

Directora - Túnia Macúcuca | Editor - Mendes José | 11 19 de Novembro 2014 | Distribuição Gratuita

Governo aprova Fundo de Paz e Reconciliação Nacional



• pag 2

Ambiente de negócios cada vez favorável no país



© www.presidencia.gov.mz

• pag 3/4

PR Guebuza enaltece trabalho dos guardas prisionais



• pag. 5

Cresce sector agrícola em Inhambane



• pag 13/14

Governo aprova Fundo de Paz e Reconciliação Nacional

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O executivo moçambicano aprovou o Fundo de Paz e Reconciliação Nacional, destinado a mais de 100 mil cidadãos que participaram em diferentes momentos de defesa da pátria. O fundo servirá para financiar projectos económicos e sociais dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional e desmobilizados de guerra do Governo e da Renamo.

Falando, esta terça-feira, a jornalistas, após o Conselho de Ministros, o porta-voz da sessão, Aiuba Cuereneia, referiu que o fundo foi criado para promover a reinserção social dos combatentes, bem como assegurar a manutenção da paz e reconciliação nacional.

O fundo será tutelado pelo Ministro que superintende a área dos combatentes, cuja missão é acompanhar as actividades relativas ao montante e apresentar, periodicamente, relatórios ao Conselho de Ministros.

O fundo tem como objectivo promover emprego para os combatentes, apoiar iniciativas e projectos de desenvolvimento económico-social destes, fortalecer a capacidade de criação e implementação, assim como gestão de negócios da classe, capacitar os combatentes em habilidades profissionais para melhorar a sua empregabilidade e incentivar o associativismo destes no desenvolvimento de actividades económicas.

Cuereneia referiu que da parte do governo serão beneficiários mais de 100 mil combatentes e da Renamo sem, entretanto, número exacto ainda.

“Os beneficiários serão os combatentes, sendo os veteranos da Luta de Libertação Nacional e os desmobilizados de guerra, tanto do Governo, como da Renamo. Assim, como os cônjuges dos beneficiários primários”, explicou o dirigente. Segundo Aiuba Cuereneia, a função do fundo é promover a criação de emprego para os combatentes, mobilizar recursos materiais e financeiros, identificar fontes alternativas de financiamento, aplicar recursos que promovam a reinserção dos beneficiários e reinvestir os meios financeiros alocados pelo Orçamento do Estado.

O fundo poderá ser aplicado nas áreas agricultura, agro-processamento, silvicultura, apicultura, pecuária, pesca, turismo e indústria, através da submissão de projectos pelos combatentes ou por outras instituições que empregam combatentes.

O organismo é composto por uma Assembleia Geral, que possui nove membros, sendo dois designados pelo Governo, quatro pelos signatários do Acordo de Cessação de Hostilidades, dois pelos financiadores do fundo e um pelo sector empresarial.

A direcção executiva que gere o fundo é composta por dois profissionais, apurados através de um concurso público. Por fim, o Conselho Fiscal, com três membros indicados pela Assembleia Geral.

O fundo será suportado pelo Orçamento do Estado, contribuições do sector empresarial, bem como por pessoas singulares e colectivas,

donativos, reembolsos de financiamentos, resultados de financiamento de investimentos realizados, empréstimos à banca e outros.

O Fundo de Paz e Reconciliação Nacional é uma instituição pública, com personalidade jurídica, regida por normas do direito privado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e vem responder ao desiderato do acordo assinado a 05 de Setembro de 2014, entre o Governo e a Renamo, pondo fim às hostilidades, registadas por quase dois anos. Assim, o Fundo de Inserção Social, tutelado pelo Ministério dos Combatentes, deixa de existir.

Outros temas apreciados

O Relatório da participação de Sua Excelência o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, nas exéquias do Presidente da República da Zâmbia, Michael Sata, de 10 a 11 de Novembro de 2014; Preparação da Visita de Sua Excelência o Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, à República da Itália, de 2 a 5 de Dezembro de 2014;

O Conselho de Ministros fez, igualmente, Balanço das Visitas da Presidência Aberta e Inclusiva às Províncias - edição 2014; Analisou actividades realizadas no âmbito dos “Sete Milhões”; Preparação da eleição intercalar do Presidente do Conselho Municipal de Cuamba; Diálogo entre o Governo e a Renamo; Relatório do Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique e o Relatório “Doing Business”.

COM REFORMAS PÚBLICAS

Ambiente de negócios cada vez favorável no país

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

As reformas em curso no país têm vindo a criar e a melhorar cada vez o ambiente de negócios, tanto no que diz respeito à atracção de investimentos nacionais e internacionais, na expansão de empresas, geração de postos de trabalho, no aumento de receitas que robustecem a balança de pagamentos, bem como a capacidade de redistribuição de receitas, disse o Presidente da República, Armando Guebuza, no acto de inauguração das instalações da Confederação das Associações Económicas de Moçambique, CTA, cuja compra e reabilitação é avaliada em cerca de dois milhões de dólares.

O Chefe do Estado afirmou, na ocasião, que a redistribuição de receitas resulta na melhoria da qualidade de serviços e maior aproximação ao cidadão, como também induz ao melhoramento da prática de negócios, sendo que, em razão desse exercício, Moçambique ocupa o décimo quinto lugar na pauta



PR Armando Guebuza durante a inauguração da sede da CTA

mundial de classificação do ambiente de negócios.

Trata-se de avanços, segundo o Presidente da República, que aumentam a auto-estima dos moçambicanos, como também elevam a sua consciência de que pode e deve-se atingir os lugares cimeiros nessa pauta. “Por isso, devemos prosseguir na rota, por um lado, da consolidação dos ganhos até aqui alcançados e, por

outro, no encorajamento e apoio a todos os envolvidos neste processo, incluindo o Grupo Interministerial, criado para a remoção de barreiras ao investimento, na agregação de sinergias para a realização desse desiderato colectivo”. Abrindo novas instalações, a CTA está, de acordo com Guebuza, a fortalecer o sector empresarial, de modo a tornar-se dinâmico e competitivo, contribuindo para a construção e crescente prosperidade de Moçambique. Na inauguração das instalações da CTA, estiveram, além de membros do governo, corpo diplomático e os presidentes e vice-presidentes da organização, a nível nacional, que participaram num retiro formativo sobre estratégias a serem traçadas para os próximos anos no que tange ao diálogo social público-privado, que normalmente ocorre nos meses de Março e Abril.



© www.presidencia.gov.mz

Cont. na pág 4

Por seu turno, o presidente da CTA, Rogério Manuel, apontou que com instalações próprias alarga-se o espaço para que os colaboradores da agremiação discutam assuntos candentes no mundo de negócios. “Como sabem, desde a sua criação, em 1996, a CTA sempre se preocupou em influenciar de forma positiva o processo de reformas económicas a favor do desenvolvimento dos negócios, apoiar e fortalecer o associativismo empresarial, facilitação de negócios, bem como representar e proteger a classe empresarial formal que opera em Moçambique”.

Museu das Pescas proporcionará melhores condições ao sector

Não é apenas a comunidade empresarial que está preocupada com as condições de negócio mas também o Ministério das Pescas, que inaugurou, há dias, o Museu das Pescas, do qual se espera melhores mecanismos de fazer a pesca e



Pormenor da inauguração do Museu das Pescas

aquacultura, actividades cada vez rentáveis do ponto de vista comercial, desportivo e recreativo. Espera-se, igualmente, que o Museu das Pescas preste o seu papel na educação das comunidades sobre a actividade pesqueira, bem assim atrair investidores da área, diversificando, desta feita, as formas de transmissão de conhecimentos à comunidade, em geral. Localizado junto ao Porto de Pescas de Maputo, o Museu vai disseminar e produzir conhecimento, a partir de

dados facultados pelas comunidades e disponibilizados ao público. O empreendimento mostra o acervo pesqueiro, desde o património tangível, que comporta embarcações, artes de pesca, utensílios de navegação e vários objectos usados na actividade piscatória e o património intangível. O património intangível envolve depoimentos, colectânea de canções de pescadores, usos e costumes em formato audiovisual. Além de contribuir para salvaguardar o património pesqueiro, o Museu vai atrair turistas culturais.



Leia e divulgue o jornal Moçambique



PR Guebuza enaltece trabalho dos guardas prisionais

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Presidente da República, Armando Guebuza, afirmou ser importante que os guardas penitenciários honrem a missão de garantir dignidade da pessoa reclusa e destacou que o trabalho destes profissionais tem enfoque na reabilitação e reintegração social dos condenados, por terem estado em conflito com a Lei e com as regras da vida em sociedade.

O Chefe do Estado falava na Moamba, província de Maputo, na qualidade de Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, durante o encerramento do XIV curso de formação de agentes da guarda penitenciária.

Dirigindo a cerimónia, Armando Guebuza enalteceu o papel que estes homens e mulheres vão desempenhar ao longo das suas vidas.

“Valeu a pena ter persistido! Valeu a pena ter continuado com os meus colegas e formadores. Já me sinto mais patriota, com mais auto-estima!”, disse o Presidente da República.

Na sua intervenção, Guebuza salientou que a protecção da sociedade, através de penas preventivas de liberdade e acompanhamento de todos aqueles que por sentença judicial são condenados, por motivo de cometimento de infracção criminal é, acima de tudo, uma questão sublime de Estado.

O Presidente da República referiu que a privação da liberdade de quem comete infracção é uma questão ligada à garantia da dignidade humana dos cidadãos em conflito com a Lei.

O Chefe do Estado explicou,



Presidente da República, Armando Guebuza

entretanto, que uma efectiva e sólida formação profissional assenta sobre um conhecimento claro e preciso dos interesses superiores do país e dos seus valores perenes, como também, assenta sobre a especificidade da tarefa que recai sobre a missão de cada um.

Na sua intervenção, a Ministra da Justiça, Benvida Levi, defendeu que a formação é a afirmação da escola enquanto espaço de transformação do homem para saber-ser, saber-estar e saber-fazer.

A dirigente destacou que a formação básica de guardas penitenciários assegura o tratamento condigno aos reclusos e a sua reinserção social.

“A reforma no sector da administração da justiça passou pela implementação de medidas essenciais, entre as quais, a unificação da força, sua reestruturação para adequá-la às novas opções estratégicas de defesa nacional; o estabelecimento de uma política que favoreça uma gradual e

significativa renovação do pessoal; e a concepção de uma política de formação, assente em conceitos e critérios claros de uma força de segurança interna, com natureza de serviço público, programada em função das reais necessidades da instituição”. Ainda no seu discurso, a Ministra da Justiça apontou que a criação dos Estabelecimentos de Ensino do Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) tornará robusto o quadro de efectivos, conferindo credibilidade e visibilidade à instituição, bem como assegurando maior protecção e tranquilidade à sociedade.

“Ser guarda penitenciário é garantir a protecção dos bens jurídicos e a defesa da sociedade; assegurar condições para a reabilitação e reinserção social dos delinquentes, de forma a prevenir a reincidência e proporcionar-lhes condições para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, quando em liberdade”.

MISAU quer melhores soluções para problemas de saúde pública

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

Com o objectivo de melhorar as soluções científicas e tecnológicas para os principais problemas de saúde pública em Moçambique, o Ministério da Saúde (MISAU) lançou, semana finda, a primeira pedra para a construção do edifício do Instituto Nacional de Saúde (INS). Trata-se de uma infra-estrutura a ser implantada no distrito de Marracuene, província de Maputo, na região sul do país.

O empreendimento, co-financiado pelos governos de Moçambique e dos Estados Unidos da América, está orçado em 11 milhões de dólares, o equivalente a cerca de 341 milhões de meticais. As instalações, que deverão ocupar uma área de 7290 metros quadrados, vão incluir espaços administrativos, salas de aula e laboratórios biomédicos, sendo que a previsão é de 250 funcionários. Falando à margem do evento, a Vice-Ministra da Saúde, Nazira Abdula, detalhou que o edifício irá abarcar



Pormenor do lançamento da primeira pedra para construção do edifício do INS, em Marracuene

laboratórios modernos de virologia, microbiologia, parasitologia, tuberculose, biologia molecular, imunologia celular, microscopia, entomologia médica, cultura de células, calibração de pipetas e termómetros, bem como de serologia. A dirigente explicou que as instalações do Instituto Nacional de Saúde contribuirão para o incremento da capacidade de detecção precoce e

controlo de doenças infecciosas. “Estes laboratórios estarão equipados com a mais moderna tecnologia, possibilitando a realização de um espectro alargado de diagnóstico laboratorial, preparando, assim, o país para enfrentar, com mais eficiência, os desafios de um sistema de saúde em crescimento, numa altura em que, devido à globalização, as fronteiras deixaram de constituir uma barreira à disseminação das ameaças de saúde pública”, sublinhou a Vice-Ministra. As obras, já em curso, terão a duração de 18 meses, e contemplam um edifício que terá um laboratório de nível 3 de biossegurança, com uma área de 318 metros quadrados, dotando, deste modo, o país, pela primeira vez, microrganismos altamente infecciosos. O projecto antecede um plano estratégico do Instituto Nacional de Saúde, que deverá contribuir para o



Cont. na pág 7

Cont. da pág 6

fortalecimento do sistema de saúde pública moçambicano, através da realização de actividades de investigação científica, vigilância em saúde, referenciamento laboratorial, ensino, bem como informação e comunicação no sector.

Nazira Abdula destacou que as novas capacidades tecnológicas a serem instaladas no INS permitirão dinamizar novas linhas de investigação, particularmente temas de importância para a saúde pública; realização de novas actividades de apoio ao Serviço Nacional de Saúde, através de testagem especializada,



transferência de tecnologia, assistência técnica e controlo de qualidade em endemias como

HIV/Sida, tuberculose, malária e outras doenças tropicais negligenciadas; oferta de oportunidades de ensino no nível de pós-graduado, educação contínua e estágios na área biomédica. Falando em nome do governo norte-americano, co-financiador do projecto, embaixador Douglas Griffiths, referiu que o instituto em construção vai melhorar o sistema de pesquisa e vai estimular ambiente apropriado para a criatividade e a inovação para os pesquisadores da área da saúde. Griffiths defendeu que o Instituto Nacional de Saúde servirá de incentivo às gerações jovens para que abracem uma carreira científica no sector de saúde, destacando que o mesmo “é reflexo do nosso empenho em melhorar a saúde de todos os moçambicanos” e que “estamos confiantes de que esta unidade vai melhorar a capacidade de investigação do INS, bem como a qualidade dos serviços laboratoriais prestados no país”.

**PROTEJA
A SI PRÓPRIO
A TUA FAMÍLIA
A TUA COMUNIDADE
do Vírus do Ébola**

<p>✓ O QUE DEVES FAZER</p> <ul style="list-style-type: none">  Lavar sempre as mãos com sabão  Cozinhar bem os alimentos  Falar com toda as pessoas sobre a prevenção do Ébola assim estarão todos informados  Sintomas Se tiveres dores de cabeça, febres, diarreia, olhos vermelhos ou vômito. Vai a Unidade Sanitária mais próxima  Para mais informações liga para Alô Vida: 800149 - 82149 - 84149 	<p>✗ O QUE NÃO DEVES FAZER</p> <ul style="list-style-type: none">  Não tocar em pessoas com sinais de Ébola ou que tenham morrido do Ébola  Não tocar em roupas e lençóis de pessoas que tenham morrido do Ébola  Não tocar em vômitos, saliva, urina, sangue e fezes de pessoas com sinais e sintomas do Ébola  Não brincar com macacos, chimpazês e morcegos  Não comer carne de caça ou outros animais do mato  Não comer restos de frutas comidas por morcegos
---	---

Juntos podemos parar com a propagação do Ébola

EXTRACÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Assinados contratos de exploração de carvão e mármore

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

No âmbito da promoção da exploração mineira no país, a Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, assinou, recentemente, em Maputo, dois contratos para exploração de carvão de coque e extracção de mármore, nas províncias de Tete e Cabo Delgado.

O contrato exploração de carvão, a cerca de 45 quilómetros a oeste na província de Tete, numa área de oito mil hectares, e a nordeste da aldeia de Mufa, a 10 quilómetros e 40 quilómetros do rio Zambeze, deverá ser implementado pela Kingho (Mozambique) Investment Co Lda, que constitui sociedade com a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira e com a Monte Binga, ambas nacionais.

Com uma base de reserva de 540 milhões de toneladas de carvão bruto, sendo 54 por cento carvão de coque e



46 por cento carvão térmico, a actividade prevê um investimento de 1.46 milhões de dólares e deverá registar uma produção anual de 15 milhões de toneladas.

Falando após a assinatura do contrato,

Esperança Bias afirmou tratar-se da primeira mina depois da proclamação da independência e prevê benefícios como 1.471 postos de trabalho, pagamento de impostos ao Estado e desenvolvimento de infra-estruturas sociais.

A Ministra dos Recursos Minerais deu a conhecer que estão em curso estudos para desenvolver um sistema de transporte que não ponha em causas infra-estruturas rodoviárias

No contexto do desenvolvimento local, o projecto prevê a disponibilização de 100 bolsas de estudo para formação superior, estando, neste momento, em curso, em diversas áreas de geociências na República popular da China, num investimento de 10 milhões de dólares.

A vida útil da mina é de 25 anos e constitui um dos projectos com maior participação do Estado.



Cont. na pág 9

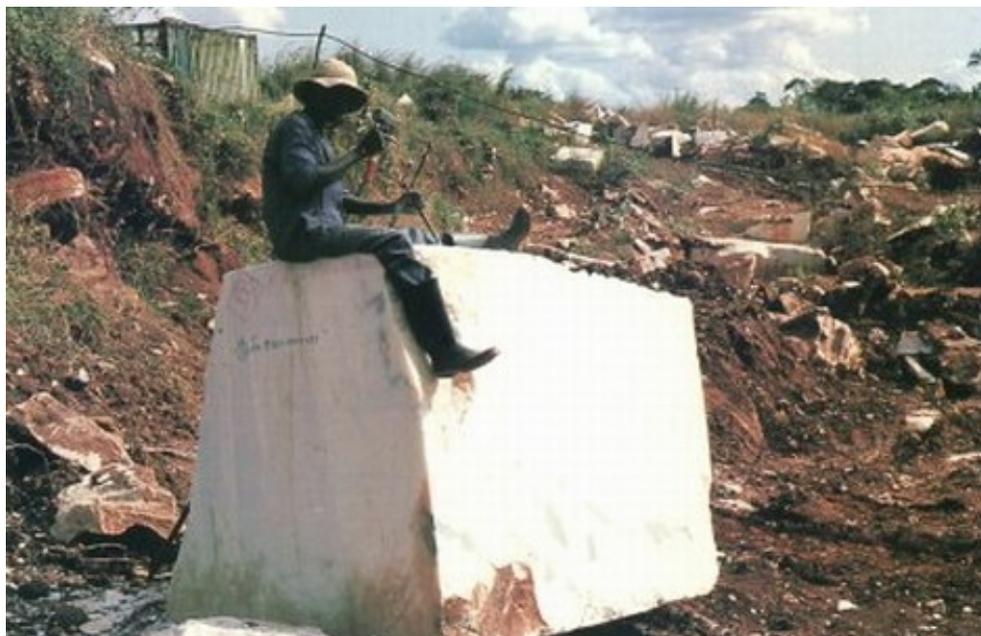
Revitalizada mina de mármore de Montepuez

Para revitalizar a mina de mármore de Montepuez, na província de Cabo Delgado, que estava encerrada há quatro anos devido a dificuldades tecnológicas no processo de extracção, foi assinado um contrato de concessão entre a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EMEM), e a Empresa Indiana, SARLA GROUP (SG), representadas pelos respectivos presidentes, Casimiro Francisco e Prabhat Jain.

Na ocasião, Esperança Bias referiu que a mina de Montepuez abre perspectivas para a reactivação da produção do mármore, que deverá ser aproveitado da melhor forma no país.

“Esperamos que nós possamos usar os resíduos de mármore para outras utilidades e que este seja um modelo de integração, extracção, processamento e formação”, salientou a Ministra.

Por sua vez, o presidente da EMEM, Casimiro Francisco, apontou que se pretende reabilitar outras minas existentes e, dentro de três anos, construir uma fábrica de corte de mármore, cuja produção deverá iniciar nos finais de 2015.



O investimento total será assegurado pelos parceiros e, na parte mineira, estima-se em cerca de 10 milhões de dólares, sendo que o governo moçambicano entra com a concessão, os direitos mineiros e as infra-estruturas existentes.

Com uma área de 880 hectares, o projecto terá impacto na vida das comunidades locais, não só pela geração de cerca de 150 postos de trabalho, mas também pelo desenvolvimento de uma cidadela mineira, onde serão criadas pequenas indústrias, onde será treinado pessoal que vai trabalhar com o mármore.

Em termos de capacidade, prevê-se explorar 10 mil metros cúbicos por

ano.

Na sua intervenção, o presidente da SARLA GROUP, Prabhat Jain, sublinhou ser importante que a comunidade local beneficie do projecto.

“Pretendemos ter, na mina de mármore de Montepuez, uma equipa forte para operar com sucesso. A natureza da indústria de mármore permite ter benefícios, não apenas para indústria em si, mas para as comunidades locais, podendo desenvolver pequenas indústrias e empreendedorismo para as comunidades locais”, explicou Jain.



Ficha Técnica



Propriedade do
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - jornalmocambique@gmail.com

tel nº 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz

COMBATE AO TRACOMA**Cerca de 600 pessoas serão submetidas a cirurgia**

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

No quadro da necessidade de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, o Ministério de Saúde e parceiros, particularmente a Queen Elizabeth Diamond Jubilee Trust (RTI), estão empenhados na luta contra o tracoma, principal causa da cegueira, que afecta uma pessoa em cada 15 minutos. Neste contexto, pouco mais de 600 pessoas das províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia serão submetidas a cirurgia para restaurar e melhorar a visão.

A iniciativa enquadra-se na estratégia definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), denominada "VISÃO 2020", que tem em vista coordenar esforços na luta contra a cegueira evitável, eliminando as principais causas e contribuindo para a redução do impacto da doença.

A OMS estima que cerca de 1,3 milhão

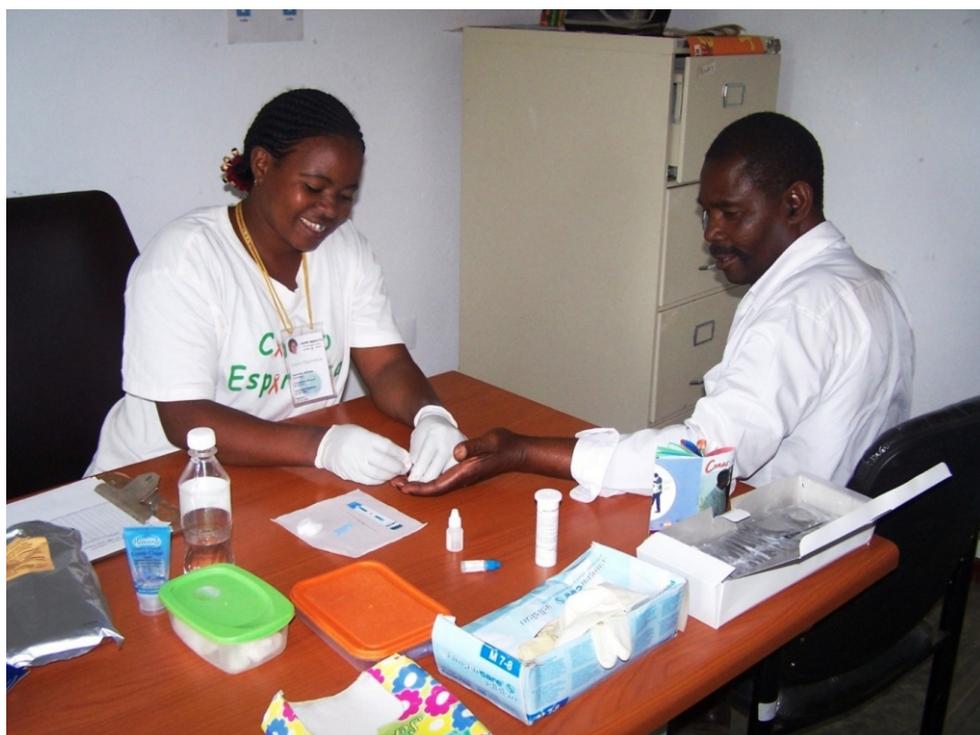


de pessoas, no mundo, estejam cegas devido ao tracoma, e 1,8 milhão com deficiência visual. Deste número, 90 por cento encontra-se em países em vias de desenvolvimento, sendo a triquiase tracomatosa a causa directa de cegueira.

Moçambique é um dos 55 países em

que o tracoma é considerado problema de saúde pública, tendo, em 2011, se estimado que 325 milhões de pessoas viviam em áreas onde o tracoma é endémico.

É neste contexto, que o Ministro da Saúde, Alexandre Manguela, lançou, semana finda, em Maputo, a campanha denominada "Queen Elizabeth Diamond Jubilee Trist" em Moçambique, cujo objectivo é eliminar o tracoma até 2020, nas províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica e Tete, que apresentam prevalência do Tracoma Folicular (activo) superiores ou iguais a 10 por cento, enquanto os distritos de Palma e Nangade, em Cabo Delgado, apresentam a prevalência de triquiase tracomatosa superiores ou iguais a um por cento. Actualmente, está em curso o mapeamento na província de Sofala.



Cont. na pág 11

Segundo Manguela, com base nos resultados encontrados, o Ministério da Saúde e parceiros de Implementação – ENVISION, através da RTI, iniciou a administração de Azitromicina a 11 distritos da província do Niassa e cinco de Cabo Delgado, prevendo-se que iniciem campanhas de cirurgias de triquíase, como parte das acções para o controlo do tracoma e seus efeitos na comunidade.

O dirigente adiantou que dados do mapeamento mostram que mais de 15 mil pessoas estão em risco de cegueira devido ao tracoma triquíase e necessitam de cirurgia para correcção do problema. Daí que o MISAU, através do Programa Nacional de Oftalmologia, no Plano Estratégico “VISÃO 2020” prevê a redução da prevalência da triquíase tracomatosa para menos de um caso por um milhão de habitantes.

Para o alcance desta meta, são definidas como acções prioritárias a formação e reciclagem dos recursos humanos em oftalmologia (oftalmologistas e técnicos de Oftalmologia) para o diagnóstico e tratamento do tracoma e em cirurgias de triquíase tracomatosa; Expansão dos cuidados primários de saúde ocular pelo nível do país; Melhoria no fornecimento de equipamento, consumíveis e medicamentos para a área de oftalmologia; Melhoria das condições de higiene e saneamento do meio ambiente e do abastecimento de água potável às comunidades,

Melhoria da estratégia SAFE (S-Cirurgia de Triquíase; A-Antibióticos; F-Limpeza da face; E-Saneamento do meio ambiente) com realce nos distritos endémicos para o tracoma e promoção de actividades de informação e educação em saúde e do envolvimento comunitário para a promoção de saúde.

Alta-comissária britânica comprometida com o combate à cegueira

Tendo em conta a necessidade de alcançar resultados melhores e inclusivos do desenvolvimento humano em Moçambique, a Alta-Comissária britânica disponibilizou, para o presente ano, pouco mais de 18 milhões de libras para eliminação do tracoma.

A Alta-comissária do Reino Unido, Joanna Kuenssberg, que falava à margem do lançamento da campanha “Queen Elizabeth Diamond Jubilee TRUST, salientou que o programa constitui parte de uma iniciativa do governo britânico, de 50 milhões de libras, para apoiar o fundo ao longo dos próximos cinco anos e prevenir a cegueira evitável em 10 países.

Por entender que as doenças tropicais negligenciadas (DTN) têm consequências como a redução da produtividade, abandono escolar,

redução da produtividade e ausência no trabalho, bem como o desenvolvimento retardado das crianças, o governo britânico tem se engajado no combater a estas doenças em todo o mundo. Neste contexto, o Reino Unido desembolsou 30 milhões de libras, em 12 países.

Segundo Kuenssberg, pelo menos quatro das principais DTN (filaríase linfática, esquistossomose, tracoma e helmintos transmitidos pelo solo) são endémicos em Moçambique, com um feito desproporcional sobre as camadas pobres, sendo que um terço das crianças com menos de nove anos de idade no norte de Moçambique tem Tracoma.

A Alta-comissária britânica referiu que os desafios para o desenvolvimento humano em Moçambique não são apenas financeiros mas também de desenvolvimento da capacidade institucional, a reforma dos sistemas e mecanismos inovadores para a prestação de serviços inclusivos.

Por sua vez, o representante da OMS, em Moçambique, Ambrósio Disadidi, referiu que se estima que cerca de 229 pessoas, no mundo, vivem em áreas endémicas de tracoma e, aproximadamente, sete mil precisam de cuidados cirúrgicos devido à doença.

Leia o Portal do Governo:

www.portaldogoverno.gov.mz

Governo comprometido com a melhoria da qualidade dos produtos e serviços no país

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

No âmbito do compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, o governo tem vindo a criar condições para a capacitação técnica do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ), através de meios que permitam melhor prestação de serviços, respondendo às expectativas do cliente.

Trata-se de um desafio reafirmado pelo Vice-Ministro da Indústria e Comércio, Kenneth Marizane, que falava na abertura da Semana de Qualidade, assinalada recentemente sob o lema "Qualidade - disponibilizando vantagens competitivas".

O dirigente apontou, igualmente, que uso de normas técnicas no mercado nacional é necessário na gestão de risco, bem como para a protecção do consumidor, através de instrumentos de medição.

Marizane afirmou, entretanto, que não pode haver sucesso nos programas relativos à qualidade sem o envolvimento e comprometimento de toda a estrutura organizativa numa instituição.

O Vice-Ministro defende que "é necessário investir em recursos e tempo para ter um programa de qualidade", ao mesmo tempo que exorta as empresas a apostarem na qualidade pois "as que são relutantes em arriscar poderão desaparecer".

Na sua intervenção, Kenneth Marizane apontou que o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade dispõe de normas, cabendo às empresas fazer o uso destas no seu processo de produção.

No sector de produção, há avanços no que concerne ao processo de certificação de sistemas de gestão,



sendo que a adesão do empresariado a estes serviços poderá contribuir para a melhoria da qualidade e proporcionar competitividade ao mercado nacional.

Por outro lado, o INNOQ introduziu a metrologia legal, através dos Conselhos Municipais e Direcções Provinciais da Indústria e Comércio, como também a metrologia industrial, a partir de calibrações dos instrumentos de medição de laboratórios de ensaios em empresas nacionais e multinacionais.

Na sua intervenção, o director do INNOQ, Alfredo Siteo, referiu que a Semana da Qualidade tem em vista comemorar o Dia Mundial de Normalização e Qualidade, como também partilhar com os parceiros os avanços alcançados no campo da normalização, certificação e metrologia.

Siteo reiterou que o INNOQ certifica diversas entidades nacionais e estrangeiras, para garantir que os consumidores tenham acesso a serviços de qualidade.

Entre outros temas, a Semana de

Qualidade foi oportunidade para discutir questões de gestão de risco e a gestão energética.

O encontro serviu para premiar empresas que têm vindo a prestar serviços de qualidade aos cidadãos, como é o caso, entre outras, do Fundo de Energia (FUNAE), cuja presidente do Conselho de Administração, Miquelina Menezes, afirmou que esta instituição está a implementar as normas de gestão de qualidade de energia, um dos motivos que justificam a recepção do prémio.

Menezes explicou que durante dois anos, o FUNAE fez o mapeamento de energias renováveis, e que neste momento está a delinear estratégias para melhorar o acesso à energia nas zonas rurais.

"A nossa preocupação é chegar às zonas rurais e fornecer energia de qualidade", apontou Menezes.

Actualmente, Moçambique possui 519 normas em diversas áreas, das quais, 78 foram aprovadas no presente ano.

Cresce sector agrícola em Inhambane

Por: Adilson Virgílio / GP-I'bane

A província de Inhambane registou um crescimento médio anual de 6,1 por cento entre 2010 e 2013 na área da agricultura, com destaque para mandioca e hortícolas, que passaram de 8 toneladas, em 2010, para 10 toneladas, em 2013, e de 8 para 12 toneladas, no mesmo período, por hectare, respectivamente.

Trata-se de dados divulgados na Reunião Anual de Planificação da Direcção Provincial de Agricultura, realizada no distrito de Inhassoro.

O encontro tinha como objectivo reflectir sobre os avanços da implementação das políticas e estratégias do sector agrário.

Ainda de acordo com os dados avançados na reunião apontam que as culturas de rendimento registaram crescimento significativo, com destaque para milho, com um crescimento de 0,9 toneladas por hectare, em 2010, para 1,1 toneladas



em 2013.

Para garantir o aumento da produção foram implantados mais de 50 sistemas de rega, cobrindo uma área de pouco mais de mil hectares estruturados, contra 564 hectare em 2010.

O sector adquiriu, igualmente, equipamento e instrumentos agrícolas como moto-cultivadoras, charruas e tractores, facto este que contribuiu

para o crescimento da área de produção agrícola, de cerca de um milhão de toneladas, em 2010, para dois milhões de toneladas em 2013.

A aquisição de equipamento agrícola permitiu a orientação da agricultura de subsistência para um sistema virado para o mercado.

O relatório apresentado no encontro aponta os esforços feitos para o aumento de feiras agrárias, das quais tiraram benefício mais de 61 mil famílias camponesas e dinamizaram a comercialização da produção agrícola, gado e castanha de caju.

O sector da agricultura, em Inhambane, através da rede de extensão pública, composta por 160 extensionistas, assiste 280 associações agro-pecuárias; 45.325 produtores pela e 996 agricultores.

As associações de agricultores contribuem para a produção de

Cont. na pág 14



alimentos, racionalização da mão-de-obra, melhoramento da comercialização agrícola e de gado, bem como no aumento da renda familiar.

A produção de carne registou aumento de 30 por cento, graças a programas de fomento pecuário, melhoramento do maneio sanitário e alimentar, assim como através dos “sete milhões” de meticais e investimento do sector privado.

Até ao terceiro trimestre deste ano, a província de Inhambane produziu 290 toneladas de carne bovina, 90 toneladas de carne suína, 43 toneladas de carne caprina e 499 toneladas de frango.

Intervindo no encontro, o director provincial da Agricultura, em Inhambane, José Varimelo, apontou ser importante que os agricultores que usam sistemas de rega tirem proveito destas infra-estruturas, de modo a que



não dependam da chuva para produzir alimentos.

Por seu turno, o chefe dos Serviços Provinciais de Agricultura e porta-voz do encontro, Manuel Sahale, referiu que além do balanço do quinquénio, a reunião abordou questões que preocupam o sector agrário, tal como o amarelecimento letal no coqueiro, a mosca branca, aproveitamento dos sistemas de rega, produção de

hortícolas, aprovisionamento de insumos, entre outros temas.

O encontro contou com a participação de chefes dos Serviços Provinciais, directores dos Serviços Distritais das Actividades Económicas, técnicos de Planificação do sector da Agricultura e parceiros de cooperação.

INSS recupera mais de 6 milhões MT em dívida no Niassa

A Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) recuperou mais de 6.2 milhões de meticais que tinham sido descontados por um total de 77 contribuintes (empresas e singulares) aos trabalhadores sem canalizá-los ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) na província do Niassa.

De acordo com um comunicado recebido pelo Jornal Moçambique, o valor foi recuperado no quadro das acções inspectivas levadas a cabo pela

IGT e o INSS, durante o terceiro trimestre do ano em curso, em diversas empresas, através de cobrança directa da dívida dos contribuintes em referência para com o INSS.

Trata-se de montantes retirados dos salários dos trabalhadores mas que não tinham sido canalizados ao INSS, facto que culminou com acções inspectivas, visando a sua recuperação, sendo que nas situações em que os contribuintes solicitaram

facilidades para o pagamento do dinheiro que deviam ao sistema celebraram acordos, para a amortização da dívida prelevante em fases.

No total, verificou-se que por esta via Niassa cresceu 3 por cento nas cobranças, em relação a igual período do ano passado, em que atingiu 31 acordos de amortização da dívida de forma faseada.



ARTIGO 152

(Conteúdo dos autos por acidente)

Continuação

2. Para efeitos de determinação da causa indicar-se-á, na petição inicial, por extenso, a quantia certa pedida como indemnização.
3. Não é admissível reconvenção.
4. O julgamento da matéria de facto será da competência do tribunal da província quando o valor da acção exceda a alçada do tribunal judicial do distrito.

ARTIGO 157

(Obrigação de seguro)

Os veículos a motor e seus reboques, nos termos a serem regulamentados, só podem transitar na via pública desde que seja efectuado, seguro de responsabilidade civil, nos termos de legislação específica.

ARTIGO 158

(Seguro de provas desportivas)

A autorização para realização, na via pública, de provas desportivas de veículos a motor e dos respectivos treinos oficiais depende da efectivação, pelo organizador, de um seguro que cubra a sua responsabilidade civil, bem como a dos proprietários ou detentores dos veículos e dos participantes, decorrente dos danos resultantes de acidentes provocados por esses veículos.

TÍTULO VII

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Apreensões

ARTIGO 159

(Apreensão preventiva de títulos de condução)

1. Os títulos de condução devem ser preventivamente apreendidos pelas autoridades de fiscalização ou seus agentes, quando:
 - a) Suspeitem da sua contrafacção ou viciação fraudulenta;
 - b) Tiver expirado o seu prazo de validade;
 - c) Se encontrem em estado de conservação que torne ininteligível qualquer indicação ou averbamento.
2. Nos casos previstos nas alíneas b) e c) do número anterior, deve, em substituição do título, ser fornecida uma guia de condução válida pelo tempo julgado necessário e renovável quando ocorra motivo justificado.

ARTIGO 160

(Outros casos de apreensão de títulos de condução)

1. Os títulos de condução devem ser apreendidos para cumprimento da cassação do título, proibição ou inibição de conduzir.
2. O INAV deve ainda determinar a apreensão dos títulos de condução quando:
 - a) Qualquer dos exames realizados nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 132 revelar incapacidade técnica ou inaptidão física, mental ou psicológica do

MIC realiza seminário de Validação do Estudo Diagnóstico de Integração do Comércio

O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) realiza, esta quarta-feira, em Maputo, Seminário Nacional de Validação do Estudo Diagnóstico de Integração do Comércio nas Políticas e Estratégias Nacionais de Desenvolvimento, cujos resultados e recomendações serão usados para a elaboração de uma matriz de acções, que vai servir de instrumento para a elaboração de projectos relacionados com o comércio a serem financiados no âmbito das iniciativas do Quadro Integrado Reforçado e da Ajuda para o Comércio, assim como para a mobilização de assistência técnica e financeira junto dos parceiros bilaterais, instituições de cooperação e internamente.

Mais nacionais conseguiram emprego em Maputo

Durante a semana passada, reduziu a tendência de contratar trabalhadores no estrangeiro, por parte das empresas da cidade de Maputo, relativamente ao período homólogo anterior e, por conseguinte, o número de cidadãos nacionais que conseguiram emprego foi superior ao dos expatriados.

Dados da Direcção do Trabalho, na cidade de Maputo, indicam que nenhum contrato para trabalhos de curta duração foi assinado neste ponto do país, contra os 105 que vieram através da quota legal vigente no panorama laboral nacional, no concernente à contratação de mão-de-obra estrangeira.

Os projectos de investimento foram responsáveis pela contratação de 8 cidadãos de nacionalidades estrangeiras para trabalharem em Maputo, enquanto outros 10 conseguiram visto de autorização, em resposta à solicitação feita à Ministra do Trabalho.

As empresas que actuam na capital do país também rescindiram contratos com 13 trabalhadores, estrangeiros.



examinando para conduzir com segurança;

b) O condutor não se apresentar a qualquer dos exames referidos na alínea anterior ou no n.º 3 do artigo 132, salvo se justificar a falta no prazo de 5 dias;

c) Tenha caducado nos termos do n.º 1 do artigo 133.

3. Nos casos previstos nos números anteriores, o condutor é notificado no momento da autuação para, no prazo de 15 dias, entregar o título de condução à Delegação Provincial de Viação da respectiva área, sob pena de incorrer em crime de desobediência.

4. Sem prejuízo da punição por crime de desobediência qualificada, se o condutor não proceder à entrega do título de condução nos termos do número anterior, pode a entidade competente determinar a sua apreensão, através da autoridade de fiscalização e seus agentes.

5. Independentemente da apreensão do título nos termos do disposto no número anterior, o auto lavrado sobre a matéria é enviado ao tribunal competente, acompanhado de informação sobre o incumprimento do disposto no n.º 3 deste artigo.

ARTIGO 161

(Apreensão do documento de identificação do veículo)

1. O documento de identificação do veículo deve ser apreendido pelas autoridades de fiscalização ou seus agentes, quando:

a) Suspeitem da sua contrafacção ou viciação fraudulenta;

b) Se encontre em estado de conservação que torne ininteligível qualquer indicação ou averbamento;

c) O veículo, em consequência de acidente, se mostre inutilizado;

d) O veículo for apreendido;

e) O veículo for encontrado a circular não oferecendo condições de segurança;

f) Se verifique, em inspeção, que o veículo não oferece condições de segurança ou ainda, estando afecto a transportes públicos, não tenha a suficiente comodidade;

g) As chapas de matrícula não obedeçam às condições regulamentares relativas a características técnicas e modos de colocação;

h) O veículo circule desrespeitando as regras relativas à poluição sonora, do solo e do ar;

i) As características do veículo a que respeitam não confirmam com as nele substituídas, salvo tratando-se de motores de substituição devidamente registados ou de pneus de medida superior à indicada adaptáveis às rodas.

2. Com a apreensão do documento de identificação do veículo procede-se também à de todos os outros documentos que à circulação do veículo digam respeito, os quais são restituídos em simultâneo com aquele documento.

3. Nos casos previstos nas alíneas a), c) e g) do n.º 1, deve ser passada, em substituição do documento de identificação do veículo, uma guia válida pelo prazo e nas condições na mesma indicados.

4. Nos casos previstos nas alíneas b) e e) do n.º 1, deve ser passada guia válida apenas para o percurso até ao local de destino do veículo.

5. Deve ainda ser passada guia de substituição do documento de identificação do veículo, válida para os percursos necessários às reparações a efectuar para regularização da situação do veículo, bem como para a sua apresentação a inspeção.

6. Nas situações previstas nas alíneas f) e h) do n.º 1, quando se trate de avarias de fácil reparação nas luzes, pneumáticos ou chapa de matrícula, pode ser emitida guia válida para apresentação do veículo com a avaria reparada, em posto policial, no prazo máximo de 8 dias, sendo, neste caso, as multas aplicáveis reduzidas para metade nos seus limites mínimos e máximos.

7. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 a 5, quem conduzir veículo cujo documento de identificação tenha sido apreendido é sancionado com a multa de 1.500,00 Mt quando se trate de motociclo, automóvel com ou sem reboque, e de 750,00 Mt, quando se trate de outro veículo a motor.

Dia Internacional dos Estudantes

O país e o mundo comemoraram, na última segunda-feira, o 17 de Novembro, consagrado pelo então Conselho Internacional de Estudantes (actual União Internacional de Estudantes), como Dia Internacional dos Estudantes, em homenagem à repressão dos protestos estudantis contra a ocupação nazista da Checoslováquia, realizados entre 28 de Outubro e 17 de Novembro de 1939, no então Protectorado da Boémia e Morávia.

A data foi estabelecida em 1941, em Londres, durante a reunião do Conselho Internacional de Estudantes, da qual participaram delegados de 26 países.

Tudo começa quando a 1 de Setembro de 1939, a Alemanha invade a Polónia, marcando o início da Segunda Guerra Mundial. O território checo, porém, já fora ocupado pelos alemães desde 15 de Março, quando a Boémia e a Morávia foram proclamadas protectorado do Terceiro Reich.

A resistência checa contra a ocupação nazista no Protectorado cresce a partir dos finais de 1939. Em 28 de Outubro, aniversário da fundação da primeira República Checoslovaca, instituída em 1918, milhares de estudantes foram às ruas para protestar contra a ocupação alemã, nas ruas de Praga. Konstantin von Neurath, chefe das forças de ocupação no Protectorado determinou que os manifestantes fossem duramente reprimidos. Como consequência, muitos ficaram feridos - entre os quais Jan Opletal (1915-1939), estudante da Faculdade de Medicina, na Universidade Carolina, que viria a morrer a 11 de Novembro.

O episódio acirra a resistência checa e, a 15 de Novembro, dia do enterro de Opletal, houve outros protestos, com a participação significativa de estudantes universitários.

Em represália, na madrugada de 17 de Novembro, todas as universidades do país foram fechadas. Forças nazistas invadiram a sede da Federação Central de Estudantes Checoslovacos. Nove dirigentes estudantis foram fuzilados e mais de 1200 estudantes foram levados, de suas casas, para o campo de concentração de Sachsenhausen-Oranienburg, perto de Berlim, onde 18 deles pereceram.

Entretanto, em 1989, o 17 de Novembro viria a adquirir um significado adicional na Checoslováquia, quando os estudantes tomaram novamente as ruas, no Dia Internacional dos Estudantes, dessa vez para protestar contra o regime comunista então vigente, sendo mais uma vez reprimidos duramente. O episódio marcou o início da Revolução de Veludo e o fim do comunismo no país.

É, por isso, que a cada 17 de Novembro, estudantes de todo o mundo juntam-se em memória àqueles estudantes, ostentando, mensagens enaltecidas dos valores da classe.

Em Moçambique, uma marcha que partiu da estátua Eduardo Mondlane, desaguando no Pavilhão Gimnodesportivo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) marcou as actividades, que serviram para assinalar esta data. No recinto do pavilhão teve lugar uma feira de saúde e exposição de diversos produtos.

Fonte: www.uem.mz/www.wikipedia.org

Curiosidades

Celebra-se, hoje, Dia do Homem

O Dia Internacional do Homem é um evento internacional, que se celebra, anualmente, a 19 de Novembro. As comemorações desta data foram iniciadas em 1999, pelo Dr. Jerome Teelucksingh, em Trinidad e Tobago, apoiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e vários grupos de defesa dos direitos masculinos da América do Norte, Europa, África e Ásia.

O homem é um ser humano do sexo masculino, um adulto, animal bipede da ordem dos primatas pertencente à subespécie *Homo sapiens sapiens*. Menino é termo usual para uma criança humana do sexo masculino e os termos rapaz ou moço para um macho humano adolescente ou jovem adulto. O termo Homem, com inicial maiúscula, pode ser utilizado ainda para referir ao ser humano, de maneira geral, seja ele homem ou mulher.

Fonte: www.wikipedia.org